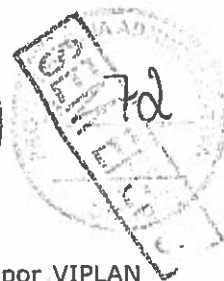


Circunscrição :1 - BRASILIA

Processo :2012.01.1.114972-3

Vara : 113 - TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de COMINATORIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA, CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA em desfavor do DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF, objetivando, em sede de tutela de urgência, que o réu se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas receitas devidas pelo transporte de passageiros, além de efetuar o repasse dos valores mantidos em seu poder. Alternativamente, requer o repasse imediato do valor já reconhecido.

Diferi a apreciação dos efeitos da tutela para momento posterior à resposta do Réu; transcorrido o prazo, contudo, o requerido se manteve inerte.

Relatei. Decido.

O art. 273, § 6.º, do CPC prevê que a tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. A meu sentir, o documento de fl. 29 revela que, de fato, houve a retenção indevida dos valores. A ausência de resposta do réu apenas corrobora tal conclusão.

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11.

Especifiquem as partes, em 10 (dez) dias, se desejam produzir novas provas.

I.

Brasília - DF, quinta-feira, 08/11/2012 às 15h06.

Processo Incluído em pauta : 08/11/2012

☒ Nova Pesquisa

Nova Pesquisa

Este serviço não dispensa o uso dos instrumentos oficiais de comunicação para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos serventuários dos órgãos judiciários. Na consulta pelo nome das partes, pode ocorrer a existência de homônimos

**Circunscrição : 1 - BRASILIA****Processo : 2012.01.1.114972-3 Data Dist. : 26/07/2012****Numeração Única do Processo(CNJ) : 0006062-16.2012.8.07.0018****Preferência na Tramitação : Não****Vara : 113 - TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL****Natureza da Vara : JUDICIAL****Endereço da Vara : FÓRUM DESEMBARGADOR JOAQUIM DE SOUSA NETO - SAM, LOTE M, SALA 201, 2º ANDAR****Horário de Funcionamento da Vara : 12:00 as 19:00****Classe : Procedimento Ordinário****Assunto : Transporte Terrestre****Valor da Causa: 1.000.000,00****Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDAe Outros****Advogado Autor: DF009466 - MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS****Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF****Filiação : NAO CONSTA**

NAO CONSTA

Advogado Reu : DF999999 - SEM INFORMACAO DE ADVOGADO**Origem : Nao****Material : Nao****Seg. Justiça : Nao****Consulta Advogados das Partes****Consulta Petição****Consulta Pautas Publicadas****Consulta Mandados via Oficial de Justiça****Consulta Procuradores****Outras Partes****Andamentos**

Receba gratuitamente os andamentos processuais, clicando aqui
Significado dos Andamentos

Data	Andamento	Complemento
08/11/2012 - 15:06:06	245 - Aguarda publicacao no dje	Pauta - DJ
08/11/2012 - 15:06:00	423 - Decisao proferida concedida a antecipacao de tutela	Dr(a). MARCO ANTONIO DA SILVA LEMOS Decisão
07/11/2012 - 16:37:00	096 - Conclusos para decisao	
07/11/2012 - 16:37:00	443 - Certidao emitida	Certidão
27/09/2012 - 16:08:12	249 - Aguarda decurso de prazo	REU
12/09/2012 - 13:05:00	111 - Divulgacao de decisao	

30/08/2012 - 17:48:44	249 - Aguarda decurso de prazo	REU
30/08/2012 - 17:48:00	443 - Certidao emitida	Certidão
30/08/2012 - 16:15:44	416 - Mandado recebido da central de mandados	
29/08/2012 - 7:46:42	415 - Remessa do mandado ao cartorio	
29/08/2012 - 7:31:42	210 - Mandado devolvido a central de mandados cumprido com finalidade atingida	2985599 29/08/2012
15/08/2012 - 13:55:57	209 - Mandado distribuido ao oficial	VALERIA
14/08/2012 - 14:51:00	443 - Certidao emitida	Certidão
14/08/2012 - 12:32:51	206 - Envio do mandado a central de mandados	CITACAO E INTIMACAO
14/08/2012 - 12:26:00	479 - Documento expedido mandado	Documento não disponível para consulta.
14/08/2012 - 12:04:40	322 - Determinada a expedicao mandado de citacao	
14/08/2012 - 12:03:57	105 - Recebidos os autos	DO JUIZ
10/08/2012 - 18:13:26	245 - Aguarda publicacao no dje	
10/08/2012 - 18:13:00	423 - Decisao proferida indeferimento	Pauta - DJ Dr(a). MARCO ANTONIO DA SILVA LEMOS Decisão
10/08/2012 - 16:34:00	096 - Conclusos para decisao	
10/08/2012 - 16:34:00	701 - Embargos de declaracao opostos	
10/08/2012 - 16:34:00	443 - Certidao emitida	Certidão
10/08/2012 - 16:12:38	105 - Recebidos os autos	ADVOGADO
03/08/2012 - 13:51:09	047 - Carga ao advogado do - autor	DF018650
02/08/2012 - 18:26:10	322 - Determinada a expedicao mandado de citacao	
02/08/2012 - 13:35:00	111 - Divulgacao de decisao	
01/08/2012 - 15:37:00	105 - Recebidos os autos	JUIZ
26/07/2012 - 18:36:30	245 - Aguarda publicacao no dje	
26/07/2012 - 18:36:00	423 - Decisao proferida nao concedida a antecipacao de tutela	Pauta - DJ Dr(a). MARCO ANTONIO DA SILVA LEMOS Decisão
26/07/2012 - 15:49:00	096 - Conclusos para decisao	
26/07/2012 - 15:49:00	443 - Certidao emitida	Certidão
26/07/2012 - 15:23:38	007 - Autos distribuidos ao cartorio aleatoriamente	



Brasília/DF, 08 Nov 2012 04:47PM - Acesso via INTERNET (IP: 189.59.73.238)





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Colm

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

JUN 08 - 88

14/12/12



REF.: PROCESSO N.º 2012.01.1.114972-3

**AUTORES: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR -
TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES
URBANOS LTDA.**

RÉU: DFTRANS

13 DEZ 13 52 PM 170715
3ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DF
MUNICÍPIO DE JATOBÁ

O **DFTRANS**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador do Distrito Federal adiante assinado e regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, com domicílio na SAIN, Bloco I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, poderes **ex lege**, vem, nos autos da Ação Cominatória em epígrafe identificada, prestar os seguintes esclarecimentos em relação ao caso dos autos:

1. DO BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

As empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA. ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



de obter valores dos cofres públicos que perfazem importância superior a **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**.

Para embasar o seu pleito, as autoras valeram-se dos seguintes argumentos:

- (i) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- (iii) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmam que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuam, afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pela agravante ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda não efetuados, a agravante glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos às agravadas;



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



(viii) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das agravadas no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);

Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas agravadas para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.

Ao analisar o pleito antecipatório, este Eminentíssimo Juízo o deferiu nos seguintes termos:

"[...]"

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

Em face dessa decisão, o DFTRANS interpôs recurso de agravo de instrumento.

Feitos tais relatos, deve ser dito que a **pretensão das empresas autoras não merece prosperar, a uma, porque os valores por elas pretendidos são objetos de manifestação de inconformidade dos mais diversos órgãos de controle do Distrito Federal, a duas, porque o pagamento de forma antecipada dos valores pretendidos pela autora viola a regra do precatório encartada no art. 100 da Constituição da República.**

Expliquemos melhor:



2. DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA (SBA)

Para uma melhor compreensão do tema, cumpre ao DFTRANS fazer uma breve introdução sobre o "sistema de bilhetagem automática" no âmbito do Distrito Federal, já que este é tema central em debate.

2.1 Do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) mantido pela FÁCIL. Notas relacionadas desde à sua criação à sua extinção.

O objetivo da explanação que se segue é a contextualização deste Eminentíssimo Juízo acerca do **que é e de como funciona o Sistema de Bilhetagem Automática (SBA)** no âmbito do Distrito Federal.

2.1.1 Histórico do SBA.

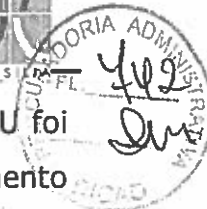
Em 19/06/1984, por intermédio da Lei Distrital nº 8.043/84 foi criado o Departamento de Transporte Urbano - DTU, que tinha a função de gerir e fiscalizar a prestação do serviço de transporte coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Em 05/01/1987, o Decreto nº 10.062/87 instituiu o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, aprovando seu regulamento. O art. 5º do decreto especificou que a Secretaria de Serviços Públicos, por meio do então DTU, seria o órgão executivo do transporte urbano.

Em 25/10/1989, a Lei nº 49/89, decretou a transformação da Secretaria de Serviços Públicos em Secretaria de Transportes, competindo-lhe o planejamento, a adjudicação, o controle e a fiscalização dos serviços de transportes.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Em 28/02/1992, por meio da Lei nº 241/92, o antigo DTU foi transformado em autarquia, com a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU.

Com a edição do Decreto 23.902, de 11/07/2003, o nome da autarquia foi alterado para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Por sua vez, em 12/09/2007, foi editada a Lei nº 4.011/07, a qual dispunha *"sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal"*, bem como definiu que a gestão do STPC/DF (Sistema de Transporte Público Coletivo do DF) seria *"exercida pela entidade autárquica com as atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços"*.

Naquele Diploma Normativo, instituiu-se também o **"Sistema de Bilhetagem Automática – SBA no STPC/DF"**, como **"instrumento de cobrança da tarifa e controle da demanda e da oferta"**, cabendo à **entidade gestora**, definida em Lei, a **"competência para gestão do SBA"**, sendo **"facultada a delegação a terceiros"**.

Dessa forma é que a Secretaria de Estado de Transporte, buscando a regulamentação da referida norma, editou, em 23/10/2007, a **Portaria nº 98/07**, que, em síntese estabeleceu:

- a delegatária como uma associação constituída pelos operadores dos STPC/DF, com a finalidade de operar o SBA;
- que o custeio das despesas operacionais da associação seria suportado pela entidade gestora;
- a Secretaria de Estado de Transporte como órgão regulador, e, o DFTRANS, como órgão gestor do sistema;
- que a delegatária se submeteria a auditorias realizadas pela entidade gestora;



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- que a operadora do SBA disponibilizaria ao órgão gestor os relatórios gerenciais de controle de oferta e de demanda.

Para suprir as **funções de delegatária** dos serviços do SBA, foi, então, constituída a **FÁCIL – Brasília Transporte Integrado**, pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos, formada exclusivamente por operadores do STPC/DF**, onde foram considerados cinco grupos empresariais: **Grupo Canhedo** – VIPLAN, CONDOR E LOTAXI; **Grupo Constantino** ou União: PIONEIRA e CIDADE BRASÍLIA, de um lado, e SATÉLITE e PLANETA, de outro; Grupo São José – SÃO JOSÉ; Grupo Riacho Grande – EXPRESSO RIACHO GRANDE e **Grupo Amaral** – VIAÇÃO AMARAL, RÁPIDO BRASÍLIA e VENEZA.

Com fundamento ainda na Portaria nº 98/07, foi firmado entre o DFTRANS e a FÁCIL o **Convênio nº 001/2008**, como instrumento de Cooperação Administrativa, com o objetivo de viabilizar a implementação do SBA e definir as competências e obrigações das partes.

Ocorre que, posteriormente à sua assinatura, a **Procuradoria Geral do Distrito Federal**, analisando questões ligadas ao Sistema de Bilhetagem Automática, concluiu por meio de diversos Pareceres pela **nulidade dos dispositivos da Portaria nº 98/2007 – ST e do Convênio nº 001/2008**. Conforme será visto mais adiante, diversas foram as motivações que levaram esta Procuradoria a opinar pela anulação do citado Convênio e da Portaria.

Em continuidade à sucessão normativa, o **Decreto nº 31.311, de 09/02/2010** (anexo 1), **regulamentou o SBA e revogou expressamente a Portaria nº 98/2007**, definindo o DFTRANS como entidade Gestora do Sistema.

Aquele Decreto facultou também à autarquia ora agravante a delegação dos serviços de bilhetagem a terceiros, mediante licitação, nos termos do inciso V do artigo 4º. Estabeleceu, ainda, à entidade gestora o direito de deter toda a base de dados do SBA, inclusive informações gerenciais de comercialização de cartões e créditos e de controle ✓



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



operacional da frota, ainda na forma criptografada, quando da geração e transmissão dos dados brutos do SBA.



A **Lei Distrital nº 4.494, de 30/07/2010 (anexo 1)**, ao seu turno, **vedou expressamente, no seu artigo 4º, a participação de membros ou empresas permissionárias, concessionárias ou autorizatárias do STPC/DF, na empresa operadora do SBA.**

A partir da vedação expressa na Lei Distrital n.º 4.494/10, a FÁCIL teve o seu objeto esvaziado e deixou de existir, retomando, o DFTRANS, a gestão do SBA.

Isto é, com a assunção da gestão do SBA pelo DFTRANS, a **associação sem fins lucrativos** conhecida como Fácil deixou de existir, passando, aquela autarquia, dentre outras coisas, a administrar de forma exclusiva toda a receita oriunda da bilhetagem automática.

Em uma breve síntese, estes são fatos que demonstram como se deu a criação do Sistema de Bilhetagem Automática e a assunção da sua gestão pelo DFTRANS na atualidade.

Feita tal contextualização e ainda com o intuito de trazer o maior número de informações possível para este Eminentíssimo órgão Julgador, passemos de abordar o funcionamento e a operacionalização do SBA.

2.1.2 Do funcionamento e da operacionalização do SBA.

Para a operação da bilhetagem eletrônica no STPC/DF faz-se necessária a comercialização de cartões do tipo *smartcards*, padrão MIFARE¹. Os tipos de cartões existentes utilizados pelos usuários embarcados no Sistema de Bilhetagem no DF variam de acordo com o tipo de usuário e são os seguintes:

¹ Nomenclatura utilizada para definir a espécie *smartcard* utilizado.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- **Vale Transporte:** fornecido pelo empregador, nos quais serão carregados os créditos de viagem adquiridos como vale transporte e onde, opcionalmente, também poderão ser carregados créditos comuns de usuário;



- **Idoso:** utilizado pelos usuários maiores de 65 anos, com direito à realização de um número indeterminado de viagens gratuitas, com ou sem integração;

- **Cidadão:** utilizado pelos usuários adquirentes de créditos de viagem no STPC/DF, de acordo com normas específicas da entidade gestora;

- **Estudante:** utilizado pelos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino localizadas no Distrito Federal, nos termos da legislação pertinente;

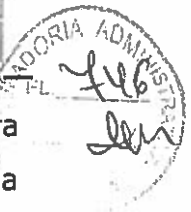
- **PNE:** utilizado pelos portadores de necessidades especiais e que são beneficiários de isenção tarifária, nos termos da legislação pertinente.

O pagamento para empresas, à época da FÁCIL, era feito da seguinte forma:

- a) Para efetuar o pagamento às diversas empresas que operam no STPC/DF, a gestora do SBA emite diariamente o quantitativo do carregamento de cada operador. Este quantitativo é extraído conforme coleta de dados dos validadores no dia anterior até às 5h do dia seguinte. Este valor é então copiado para uma planilha manual que consolida o pagamento por operador ou grupo operacional.
- b) A planilha consolidada do pagamento é encaminhada para Diretoria Executiva da FÁCIL para assinatura e conferência.
- c) Após a aprovação pela Diretoria Executiva da FÁCIL, a planilha é encaminhada para o DFTRANS para a conferência e a anuência.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- d) Após conferência e anuência do DFTRANS, a planilha é enviada para o BRB para pagamento aos operadores através de transferência entre contas e em alguns casos em cheque administrativo.

Este era o procedimento e operacionalização que ocorria à época em que a gestão do sistema de bilhetagem automática era atribuição exclusiva da FÁCIL, mas, mesmo após a retomada de tal gestão pelo DFTRANS, o procedimento continuou sendo o mesmo.

A única diferença é que, a partir do momento em que o DFTRANS passou a atuar diretamente na gestão do SBA, **constatou-se que existiam inúmeras fraudes na operacionalização, as quais tinham o condão de repassar valores superiores aos devidos às empresas permissionárias do sistema.**

Consoante será demonstrado, **as fraudes ocorriam das diversas formas possíveis: ora as empresas atuavam em itinerário que lhes pertencia, ora registram em seu benefício o uso de um mesmo cartão diversas vezes (chegou a existir cartão de usuário que teve o seu uso registrado mais de sessenta vezes em um único dia) etc.**

Após a constatação das fraudes, o Distrito Federal começou a se mobilizar. Vejamos:

2.1.3 Da atuação da Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal na fiscalização do SBA.

A Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal realizou, no segundo semestre de 2010, Auditoria Especial no SBA, objetivando atender determinação do então Governador do Distrito Federal, no sentido de avaliar a operação do Sistema de Bilhetagem Automática do STPC/DF, especialmente com relação aos repasses de recursos destinados a garantir o suporte financeiro à concessão do Passe Livre Estudantil, bem



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



como avaliar a operação da FÁCIL, inclusive quanto aos aspectos de legalidade, regularidade e efetividade de suas atividades.

Sobre a FÁCIL e o Convênio 001/2008, o Relatório da Auditoria Especial no SBA, apresentado em 31/12/2010, identificou o seguinte (vide Relatório de Inspeção n.º 01/2011 em anexo – anexo 2):

- Não figura na lista de empresas fornecedoras homologadas pela ST, "isto porque ela não é de fato nem de direito operadora do SBA, é apenas contratante da TRANSDATA – Indústria e Serviços de Automação LTDA;"
- Registrou seu Estatuto Social, datado de 01/12/2007, no Cartório do 5º Ofício do Registro Civil e sob a inscrição no CNPJ nº 09.335.355/0001-06. Até a emissão do Relatório, não constava o registro na Secretaria de Fazenda do DF nem foi constatado que a autoridade reconheceria a personalidade jurídica barganhada por aquela associação;
- O Extrato do Convênio de Cooperação Administrativa nº001/2008, aponta para fuga ao processo licitatório, visto que as atividades do SBA têm natureza de serviço e são passíveis de licitação;
- Está no pólo oposto ao da Administração Pública, visto que não representa o interesse público e sim o interesse dos empresários do setor;
- Contribui para a estrutura deficitária do transporte público do DF, pois sustenta o contínuo descumprimento das orientações do DFTRANS e o desrespeito ao cidadão/passageiro/usuário;
- Somente com a retirada do controle do sistema das mãos dos operadores é que será possível à implantação de normas e ações que visem o atendimento das necessidades públicas, no que diz respeito à mobilidade no DF, à implantação da CCRC e a reestruturação da entidade gestora atualmente refém da FÁCIL;



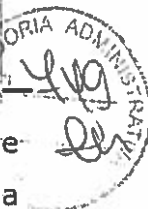
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- O Convênio não tem características de cooperação – comunhão de interesses – mas sim natureza de contrato, contrapartida financeira do Estado pela prestação de serviços da contratada, inclusive pelo fato de não haver antecipação de recursos, mas sim o ressarcimento de despesas operacionais da FÁCIL através de um instrumento do pretense Convênio, que não dispõe sobre as etapas e fases da execução, previstas no Decreto nº 32.598 de 15/12/2010;
- Nos termos do Convênio não consta nenhum limite ou referência a valores a serem ressarcidos pelo DFTRANS, bem como não consta a previsão de nenhuma penalidade pelo descumprimento das normas estabelecidas no convênio;
- O Convênio foi assinado com fulcro no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e não cumpre os efeitos análogos aos dos contratos em termos de limitação de valores, penalidades e controle dos gastos pela própria FÁCIL, estendendo-se aos seus fornecedores, visto que se trata de recursos públicos aplicados sem o cumprimento de preceitos constitucionais, como a licitação e o concurso público;
- Não existe base legal no Convênio no que se refere à fixação de valores a serem gastos, uma vez que não foram definidos com exatidão limitados no tempo, conforme os princípios orçamentários da Administração Pública;
- Falta definir com precisão o papel da FÁCIL e SETRANS na operacionalização do Convênio, pois embora seja dirigido por integrantes comuns, cada um tem finalidade específica e, portanto, deve identificar seu patrimônio para fins de controle e fiscalização, com escrituração individualizada, nos termos da legislação em vigor;
- Não foi observado um dos princípios fundamentais da contabilidade, o princípio da entidade, pois não ficou clara a distinção entre o patrimônio existente na FÁCIL e o patrimônio particular dos sócios da associação;



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- O sistema FÁCIL do SBA não foi homologado conforme previsto no "Termo de Homologação de Sistema", o que compromete a segurança e a confiabilidade dos dados produzidos, podendo inclusive causar prejuízos ao STPC/DF, aos gestores públicos, gestores privados, aos usuários, aos operadores, ao próprio erário, além de comprometer o equilíbrio econômico financeiro do sistema, comprometer o planejamento, a gestão e a operacionalização do próprio SBA e de todo o STPC/DF, prejudicando inclusive a política de transportes e outras ações do Governo;
- Contratou serviços de empresa de propriedade de seu próprio gestor (Ricardo Gerlier Sampaio Alves ME), inclusive com nota fiscal inválida;
- Foi ressarcida pela aquisição de bens a serem incorporados no ativo permanente da própria associação, sendo que de acordo com seu Estatuto, em caso de dissolução, esses bens seriam repartidos na proporção da participação de cada associado, o que significa claramente que a FÁCIL não tinha sede nem estrutura administrativa, mas que foi integralmente custeada com recursos do DFTRANS, o que contribuiu para o acréscimo patrimonial daquela associação, com recursos públicos e ainda poderá caracterizar transferência ilegal de recursos públicos;
- Recebeu indevidamente recursos públicos, para os pagamentos de locação de equipamentos das operadoras, seja pelo contrato assinado pelas operadoras em janeiro de 2006, tendo como interveniente/anuente o SETRANSP e a TRANSDATA, tendo recebido igualmente os mesmos valores (duplicidade) dos operadores do STPC/DF, para a mesma atividade. A Lei nº 4.011, veda ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatários privados, como é o caso presente;
- Registrou indevidamente sobre a movimentação a origem dos créditos registrados na faixa contábil Cidadão;



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- Registrou o repasse financeiro a menor para a faixa contábil Vale Transporte, o que compromete a confiabilidade da mesma na prestação de contas;
- Não depositou os valores devidos aos operadores da movimentação do Vale Transporte, assim apontando prejuízo aos operadores e ao erário;
- Reteve indevidamente os valores da taxa do DFTRANS;
- Não disponibilizou a base de dados com todas as informações do sistema TDMax (módulo gerencial do SBA) aos Auditores da CGDF e tampouco ao DFTRANS, num claro descumprimento de suas obrigações estabelecidas e desrespeito ao poder público e a legislação vigente;
- **Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS,** e igualmente lesar o planejamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte, assim comprometendo sobremaneira as análises de custos, importantes nos estudos de revisão tarifária e outros estudos técnicos;
- Não repassa ao METRÔ nem ao DFTRANS, os dados originais coletados nos leitores de cartão, enviando apenas relatórios com dados já processados, o que compromete a gestão, a qualidade e a confiabilidade nas informações, bem como deixa ambas as empresas governamentais reféns da situação e sem condições de cumprir as funções próprias de supervisão e de fiscalização;
- Não possui elementos de lógica jurídica, econômica ou financeira para ser a responsável por repassar recursos públicos ao METRÔ, visto ser uma associação privada que presta serviço de operação do SBA apenas para o modo rodoviário;
- Não apresentou o Balanço Inicial, conforme previsto em seu Estatuto, de modo que não se sabe qual foi o patrimônio da entidade



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



quando da assinatura do Convênio. Ademais, os seus balanços, balancetes e demonstrativos não consideram as fontes públicas de custeio integral, sugerindo que as contribuições dos associados e outras fontes de rendas operacionais são as únicas fontes de Receita Operacional. Dessa forma, gera descompasso nas análises contábeis e com sua própria natureza, sem fins lucrativos, com resultados de superávit ou déficit;

• **Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;**

• Não cumpre a IS nº 69, de 26/04/2010, para a devida prestação de contas, comprometendo a gestão, o acompanhamento e fiscalização dos serviços;

• Apresentou falhas no cadastro de estudantes, nos controles dos cartões e no controle dos créditos;

• **Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa**, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;

• Não forneceu informações suficientes para a gestão do PLE;

• Não apresentou uma gestão adequada na questão dos créditos de viagens do PLE, com um descompasso entre os valores recebidos, a efetiva utilização e a nova geração de créditos, com os recursos públicos;

• Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão, caracterizando prejuízo ao STPC/DF;

• Concedeu o benefício do PLE de forma irregular, inclusive a estudantes que já usufruíam de gratuidade integral e ilimitada, e

• **Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS**, o que caracteriza descumprimento de dispositivos legais.




PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Como se vê, o relatório de auditoria elaborado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle encontrou inúmeras irregularidades, podendo ser destacadas como principais as seguintes:

- (i) Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS;
- (ii) Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão;
- (iii) Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;
- (iv) Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;
- (v) Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS; dentre outras irregularidades.

Por conta de tão gritantes irregularidades, foi instaurado o **processo administrativo n.º 480.000.848/2011** (anexo 2) na própria Secretaria de Transparência e Controle para apurar as responsabilidades dos envolvidos.

Após a instauração do citado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal foi instado a se manifestar, tendo, aquele Corte de Contas, instaurado 3 (três) processos, quais sejam: 1.584/2011, 11.760/2010, 17.272/08 e 12.102/2012. 



2.1.4 Dos processos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal para julgar o SBA



Como dito, o Tribunal de Contas do Distrito Federal instaurou três processos administrativos voltados a apurar as irregularidades ocorridas na operacionalização do SBA pela FÁCIL e pelas permissionárias de serviço de transporte público coletivo.

Está-se falando dos processos administrativos que foram tombados sob os seguintes números: 11.760/2010, 1.584/2011 e 12.102/2012.

O processo n.º 11.760/2010 originou-se de representação formulada pela Procuradora Geral do Ministério Público que atua junto à Corte de Contas, Senhora Márcia Farias, e o objetivo era apurar a seguinte sistemática: a FÁCIL, que era presidida pelo Sr. Canhedo, principal representante das empresas agravadas, almejava receber do Distrito Federal os valores relativos aos passes estudantis antes de mesmo de ter havido a efetiva prestação dos serviços, bem como sem qualquer prestação de contas.

O processo 1.584/2011, por sua vez, teve origem no processo de auditoria n.º 480.000.765/2010 instaurado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle. Como visto acima, este processo foi instaurado justamente para apurar as irregularidades existentes no SBA com base nas informações prestadas pela auditoria interna distrital.

Por fim, o processo n.º 12.102/2012 foi instaurado também com o objetivo de apurar irregularidades existentes no SBA, mas teve sua origem em relatório de auditoria do próprio tribunal.

Em anexo seguem as principais peças dos processos administrativos instaurados no TCDF e que aqui foram citados (anexo 3).



2.1.5 Das irregularidades encontradas pela Diretoria Administrativa e Financeira do DFTRANS - DAF.

Também a agravante, por meio de sua Diretoria Administrativa e Financeira, encontrou as seguintes irregularidades cometidas pela FÁCIL na gestão e operacionalização do SBA, como seja:

- Não informava ao DFTRANS os valores arrecadados diariamente pela comercialização de créditos de Vale Transporte, Estudante e Cidadão. Alegou, para tanto, que tais recursos não são públicos, mas sim dos operadores do Sistema. Assim, o DFTRANS não dispunhas das informações necessárias para realizar a conciliação das faixas contábeis, tampouco do controle dos valores percebidos pela mesma, podendo, aquela associação realizando-ter realizado repasses a menor para as respectivas faixas;
- Constantemente solicitava ao BRB a movimentação de recursos entre uma faixa e outra, sem a autorização do DFTRANS. A manutenção de tal procedimento pode ter acarretado prejuízos ao STPC/DF;
- Até 25/03/2011, reteve parte da taxa de administração destinada ao DFTRANS, estipulada pela Lei nº 445/1993-DF;
- O resgate de créditos decorrentes dos passageiros transportados no STPC/DF para as empresas Condor Transportes Urbanos Ltda., Expresso Riacho Grande Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Viplan Viação Planalto Ltda. vinha sendo realizado por meio de cheque administrativo, para burlar possíveis efeitos de decisões judiciais contra estas empresas;
- Por ocasião do resgate de créditos, era frequente a ocorrência de uma empresa operadora de transporte urbano receber o repasse referente à outra empresa, geralmente pertencente ao mesmo grupo, procedimento este também realizado para burlar efeitos de decisões judiciais contra as mesmas;



- Até o presente momento, mesmo após diversos pedidos desta autarquia, não forneceu funcionários para capacitar servidores da DFTRANS na utilização do sistema TDMax;

- Verificou-se a possibilidade de a FÁCIL ter informado no Relatório de Resgate de Créditos, concernente ao Passe Livre Estudantil, somente 1/3 da receita arrecadada. Dessa forma, a taxa de administração destinada ao DFTRANS estaria sendo calculada também somente sobre 1/3 do valor da passagem;

- Constantemente realizava o bloqueio de pagamento do resgate de créditos a determinados operadores, em especial às cooperativas, sem aviso e anuência do DFTRANS.



Vejam, Nobres Julgadores, não bastassem os órgãos de controle existentes no Distrito Federal apontarem irregularidades junto ao SBA, também o órgão da própria autarquia ora agravante identificou diversas outras falhas graves.

2.1.6 Dos pareceres da Procuradoria do Distrito Federal acerca do SBA.

Como se vê, inúmeras foram as irregularidades encontradas na gestão do Sistema de Bilhetagem Automática quando a gestão encontrava-se em poder da FÁCIL. Tais irregularidades deram azo à emissão de inúmeros pareceres sobre tema por parte desta Procuradoria. Vejamos:

Dentre os pareceres emitidos por esta Procuradoria sobre o tema, destacam-se três, quais sejam: 405/2009-PROCAD/PGDF, 643/2009-PROCAD/PGDF e 370/2011-PROCAD/PGDF (anexo 4).

Consoante pode ser observado do inteiro teor destes pareceres que se junta ao presente recurso (anexo 4), em todos os casos foram identificadas irregularidades no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, irregularidades estas que tinham origem tanto em fraudes, como em vícios



de índole legal.

Em todos os casos, o repasse de verbas para as permissionárias em decorrência do SBA foi colocado sob suspeita, pois, repita-se, havia diversos indícios de irregularidades.

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Julgadores, é que diversos são os motivos que obstam o repasse de verbas oriundas do SBA para as delegatárias de serviço de transporte coletivo, incluindo-se aí as autoras.

3. DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

A partir dessas ilações, é de se concluir, Excelência, que é no mínimo questionável a liberação de qualquer valor para as empresas autoras, seja liminarmente, seja após o trânsito em julgado da decisão final.

Isto porque, como visto acima e cabalmente provado pela documentação anexa, os diversos órgãos de controle do Distrito Federal apontam diversas irregularidades na prestação dos serviços pela autoras, o que, por si só, impede o pagamento de qualquer importância relativa ao Sistema de Bilhetagem Automática.

Além disso, em momento algum as autoras provam que fazem jus a qualquer valor econômico que pertença aos cofres públicos e, em um silêncio bastante peculiar, deixam de mencionar na peça de ingresso que os valores por elas pretendidos são objeto de questionamento no âmbito do Distrito Federal.

Por fim, para um melhor esclarecimento dos fatos, é de bom alvitre a expedição de ofício para o Tribunal de Contas do Distrito Federal requisitando cópia integral do processo administrativo que foi instaurado a partir do processo n.º 480.000.848/2011, que tramitou perante a Secretaria de Estado de



Transparência e Controle do Distrito Federal.



4. DA CONCLUSÃO FINAL

Por todo o exposto, o DFTRANS requer que os pedidos formulados na peça de ingresso pelas empresas autoras sejam julgados inteiramente improcedentes.

Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 5 de dezembro de 2012.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**



Lista de anexos:

Anexo 1 – Legislação distrital sobre o tema

Anexo 2 – Cópia do processo administrativo n.º 0480-000848/2011

Anexo 3- Principais peças dos processos existentes no TCDF sobre o tema

Anexo 4 – Pareceres da PGDF sobre o tema



Processo : 2012.01.1.114972-3
Ação : COMINATORIA
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros
Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de COMINATORIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA, CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA em desfavor do DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF, objetivando, em sede de tutela de urgência, que o réu se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas receitas devidas pelo transporte de passageiros, além de efetuar o repasse dos valores mantidos em seu poder. Alternativamente, requer o repasse imediato do valor já reconhecido.

Diferi a apreciação dos efeitos da tutela para momento posterior à resposta do Réu; transcorrido o prazo, contudo, o requerido se manteve inerte.

Relatei. Decido.

O art. 273, § 6º, do CPG prevê que a tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. A meu sentir, o documento de fl. 29 revela que, de fato, houve a retenção indevida dos valores. A ausência de resposta do réu apenas corrobora tal conclusão.

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11.

Especifiquem as partes, em 10 (dez) dias, se desejam produzir novas provas.

Brasília - DF, quinta-feira, 08 de novembro de 2012 às 15h06.

Marco Antonio da Silva Lemos
Juiz de Direito

Registrado

Último andamento: 08/11/2012 - DECISÃO PROFERIDA - 308205

Incluído na Pauta: 08/11/2012

1/1



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

CÓPIA

REF.: PROCESSO N.º 2012.01.1.114972-3

AUTOR: VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

RÉU: DFTRANS

O **DFTRANS**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu Procurador adiante assinado, em atendimento ao ato ordinatório disponibilizado no DJE de 01/10/2013, indica como assistente técnico o Sr. Adalberto Romero Júnior, servidor público distrital inscrito na matrícula nº 193.894-0, lotado na Gerência de Orçamento e Finanças da DFTRANS, local em que poderá ser intimado da data e horário em que a perícia será realizada.

Em tempo, o DFTRANS requer dilação do prazo inicialmente concedido – por mais 30 dias – para que os quesitos possam ser formulados pelo expert indicado.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 14 de outubro de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.



PROCESSO: 2012.01.1.114972-3

AUTOR: VIAÇÃO PLANALTO LTDA – VIPLAN E OUTROS

RÉU: DFTRANS

RECEBUEMOS
04/04/2014
16200
Tribunal de Justiça
Departamento de Recursos

A DFTRANS, já devidamente qualificada nos autos da Ação em epígrafe identificada, com o devido respeito, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, em atendimento ao despacho disponibilizado no DJE do dia 24/03/2014, vem **impugnar** o valor indicado pelo perito a título de honorários periciais.

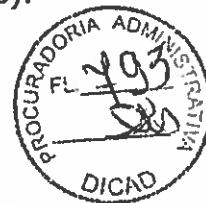
Com efeito, conforme bem sinalizado pelo setor responsável desta PGDF (manifestação em anexo), considerando as peculiaridades do caso, serão necessárias 75 (setenta e cinco) horas para a realização da perícia determinada por este Eminente Juízo. Além disso, aquele órgão identificou que o padrão de mercado remuneratório para o serviço a ser executado é R\$ 200,00 e não R\$ 250,00.

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Assim, o valor arbitrado a título de honorários periciais não deve ultrapassar R\$15.000,00 (quinze mil reais), que corresponde ao valor da hora de trabalho (R\$200,00) multiplicado pela quantidade de horas (75 horas).

Termos em que pede deferimento.

Brasília/DF, 7 de abril de 2014.




EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

839
R

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA
Comprovante de recebimento de Processo com Petição
Número do Protocolo: 2014.01.012285044 Data e Hora: 24/06/2014 15:00
Recebido em: Posto de Protocolo Integrado do Ginásio Nilson Nelson - PPI GNN
Processo: 2012.01.1.114972-3 (Res.85 - CNJ: 0006062-16.2012.8.07.0018)
Qtd Apensos Recebidos: 0



Processo: 2012.01.1.114972-3
Ação: Cominatória
Requerente: VIPLAN Viação Planalto Ltda e outros
Requerida: DFTRANS TRANSPORTES URBANOS DO DF

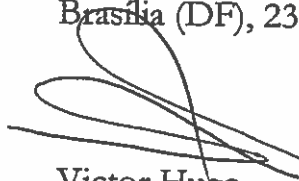
VICTOR HUGO, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Econômicas, devidamente inscrito no CORECON-DF sob 6.681, designado como perito no processo em epígrafe (fls. 802) vem, com o devido respeito, em atendimento à certidão de fls. 837, se manifestar sobre a petição de fls. 832-835, na qual a Requerida-DFTRANS impugna o valor estimado por este Perito (R\$ 30.000,00) e apresenta contraproposta no valor de R\$ 15.000,00.

Sem desmerecer a análise efetuada pela Requerida, este Perito ratifica as considerações apresentadas em sua petição de fls. 826-827, esclarecendo, ainda, que o valor da hora trabalhada está condizente com a prática de mercado e está calcada na Resolução no. 1868/2012 do Conselho Federal de Economia-COFECON, tratando-se de um valor-piso que não é corrigido deste março/2012.

Dessa forma, deixa de apresentar nova proposta de honorários, ratificando o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) originalmente apresentado, acatando eventual arbitramento por parte do M. Juízo, se assim o entender.

Termos que submete à apreciação de V.Exa.

Brasília (DF), 23 de junho de 2014.


Victor Hugo
Perito Judicial
Corecon-DF 6.6

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA
Comprovante de recebimento de Petição
Número do Protocolo: 2014.01.012445075 Data e Hora: 25/06/2014 15:59
Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Processo: 2012.01.1.114972-3



**TJDFT**

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Terceira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal

Folha Nº

840

Processo : 2012.01.1.114972-3
Classe : Procedimento Ordinário
Assunto : Transporte Terrestre
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros
Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

**CERTIDAO**

Juntei petição de fls. 839.

De acordo com Portaria deste Juízo, ficam as partes intimadas a se manifestarem acerca da petição ora juntada.

Brasília - DF, quarta-feira, 02 de julho de 2014 às 11h08.

Renata Delmara Lopes
Técnico Judiciário

Registrado

Último andamento: 02/07/2014 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA -
02072014

Incluído na Pauta: 02/07/2014

1/1

JOAO LUIZ DE SOUZA JUNIOR
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Terceira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal
Brasília - DF, 02 de julho de 2014
Renata Delmara Lopes
Técnico Judiciário



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

CPA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2014.01.017627800 Data e Hora: 26/08/2014 16:58

Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Processo: 2012.01.1.114972-3



Ref.: PROCESSO N.º 2012.01.1.114972-3

AUTOR: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

RÉU: DISTRITO FEDERAL

O **DISTRITO FEDERAL**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu Procurador adiante assinado, regularmente constituído por força de lei, vem requerer que o Ilustríssimo Perito manifeste-se sobre os seguintes quesitos:

Considerando o artigo 3º da Lei n.º 239/92 e a Instrução n.º 187, de 7 de novembro de 2011, questiona-se:

1. Como se processa atualmente e como se processou o repasse dos créditos aos operadores de transporte?
2. O repasse de crédito oriundo da tarifa constitui a integralidade da receita a ser ressarcida à empresa operadora?
3. A quilometragem admitida é um dos fatores metodológicos considerados para a remuneração dos serviços alegada pela empresa operadora no que tange à mencionada receita?
4. Em face da afirmação das empresas autoras no sentido de que "o procedimento é de mero ressarcimento, porque o dinheiro já está em poder do réu", como foi processada a remuneração

8/10



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

parcial concernente aos custos de transportes efetivamente
prestados e admitidos em regime de eficiência?

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 26 de agosto de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 29.190





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Processo nº: 2012.01.1.114972-3

TJDFT - Circunscrição Judiciária **BRASÍLIA**
Comprovante de recebimento do processo com Petição
Número do Protocolo: 2014.01.114972-3 Data e Hora: 17/12/2014 15:08
Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Processo: 2012.01.1.114972-3



DFTRANS, pessoa jurídica de direito público, autarquia, representada pela Procuradora do Distrito Federal que esta subscreve, com poderes ex lege, nos autos do processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

consoante os fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – Dos Fatos

Trata-se de Ação Cominatória, proposta pela VIPLAN – Viação Planalto Ltda., CONDOR – Transportes Urbanos Ltda. e Lotaxi – Transportes Urbanos Ltda., postulando seja a Fazenda Pública condenada a efetuar o pagamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

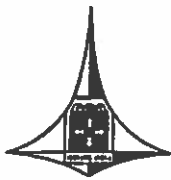
Para fundamentar suas alegações, a parte autora trouxe os seguintes argumentos:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL

814

- I) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- II) Sustentam que foi implantado no âmbito do DF o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- III) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- IV) Afirmam que o sistema de bilhetagem de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- V) Continuam afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- VI) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pela Fazenda Pública ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- VII) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda não efetuados, a parte ré glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos às autoras.;
- VIII) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das agravadas no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo nº 268/2012).



Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas autoras para embasar seu pleito.

Importante ressaltar que a parte autora desistiu da fase de produção de provas, conforme se pode observar às fls.853,859, 860.

II – Da Não aplicação dos efeitos da revelia

Em que pese o protocolo da contestação ter sido feito em 13/12/12 (fls. 116/136), não há que se falar aqui em revelia, muito menos em aplicação de seus efeitos em face da Fazenda Pública, conforme se passa a demonstrar.

Como é cediço, o Superior Tribunal de Justiça firmou o seu entendimento no sentido de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REVELIA. EFEITOS. FAZENDA PÚBLICA.

INAPLICABILIDADE. ART. 320, INCISO II, DO CPC.

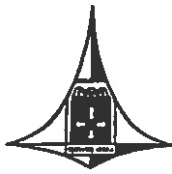
1. Não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia - presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor - pois seus bens e direitos são considerados indisponíveis, aplicando-se o artigo 320, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1288560/MT, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 03/08/2012)

Com efeito, *in casu*, não há que se falar em aplicação dos efeitos da revelia, conforme pretende a parte autora, porquanto a matéria dos autos diz respeito à patrimônio indisponível do Ente Público.

Nesses termos traz-se à colação o entendimento dos ilustres doutrinadores Marinoni e Mitidiero, *in verbis*:



Direito indisponível é aquele que não se pode renunciar ou alienar. Os direitos da personalidade (art. 11, CPC) e aqueles ligados ao estado da pessoa são indisponíveis. O direito da Fazenda Pública, quando arrimado em interesse público primário, também o é. O direito da Fazenda Pública com esteio no interesse público secundário não é indisponível. (Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. São Paulo: RT, 2008, p. 326)

Desse modo, percebe-se que, *in casu*, não há que se aplicar os efeitos da revelia, tendo em vista que a matéria posta nos autos diz respeito a bens indisponíveis.

III – Da ausência de comprovação dos fatos alegados pela parte autora.

Importante destacar aqui, que os argumentos colacionados pela parte autora são desprovidos de realidade fática, e ainda, de comprovação.

Ora, como se sabe, cabe a parte que alega comprovar os fatos constitutivos de seu direito. No presente caso, tal não ocorreu, a única coisa que a parte autora fez foi alegar sem comprovar seus argumentos.

Para corroborar, insta ressaltar que ela sequer efetuou, conforme determinado por Vossa Excelência, o depósito dos honorários do perito que, em tempo foi considerada preclusa, tendo em vista a ausência de pagamento.

Assim, acolher o pedido da parte autora é violar o princípio da verdade real, porquanto a parte autora em nenhum momento demonstrou os fatos constitutivos de seu direito, bem como apenas tenta fazer alegações no sentido de que deveria se aplicar os efeitos da revelia à Fazenda Pública.

Ante o exposto, requer seja julgado improcedentes os pedidos das autoras.



IV – Da ausência de violação legal

Com a devida vênia, os argumentos trazidos pela partes autoras não merecem prosperar, conforme se passa a demonstrar.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o TCDF instaurou 3 (três) processos para instaurar as irregularidades ocorridas na operacionalização do SBA pela FÁCIL e pelas permissionárias de transporte público coletivo.

Por meio da Diretoria Administrativa da parte ré foram apuradas as seguintes irregularidades:

- 1) Não era informado ao DFTRANS os valores arrecadados diariamente pela comercialização de créditos de Vale Transporte, Estudante e Cidadão. Alegou (parte ora autora), para tanto, que tais recursos não são públicos, mas sim dos operadores do Sistema. Assim, o DFTRANS não dispunha das informações necessárias para realizar conciliação das faixas contábeis, tampouco do controle dos valores percebidos pela mesma, podendo, aquela associação ter realizado repasses a menor para as respectivas faixas;
- 2) Constantemente solicitava ao BRB a movimentação de recursos entre uma faixa e outra, sem autorização do DFTRANS. A manutenção de tal procedimento pode ter acarretado prejuízos ao STPC/DF;
- 3) Até 25/03/2011, reteve parte da taxa de administração destinada ao DFTRANS, estipulada pela Lei nº 445/1993-DF;
- 4) O resgate de créditos decorrentes dos passageiros transportados no STPC/DF para as empresas Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi – Transportes Urbanos Ltda. e Viação Planalto Ltda., vinha sendo realizado por meio de cheque administrativo, para



burlar possíveis efeitos de decisões judiciais contra estas empresas;

- 5) Por ocasião do resgate de créditos, era frequente a ocorrência de uma empresa operadora de transporte urbano receber o repasse referente à outra empresa, geralmente pertencente ao mesmo grupo, procedimento este também realizado para burlar efeitos de decisões judiciais contra as mesma;
- 6) Até o presente momento, mesmo após diversos pedidos desta Autarquia, não forneceu funcionários para capacitar servidores do DFTRANS na utilização do sistema TDMax;
- 7) **Verificou-se a possibilidade de a FÁCIL ter informado no relatório de Resgate de Créditos, concernente ao Passe Livre Estudantil, somente 1/3 da receita arrecadada. Dessa forma, a taxa de administração destinada ao DFTRANS estaria sendo calculada também somente sobre 1/3 do valor da passagem;**
- 8) Constantemente realizava o bloqueio de pagamento do resgate de créditos a determinados operadores, em especial às cooperativas, sem aviso e anuência do DFTRANS;

Além dessas conclusões, a Procuradoria Geral do Distrito Federal foi instada a se manifestar, tendo ela emitido 3 (três) pareceres - em que concluíram pela irregularidade do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, sendo que, as referidas irregularidades tinham origem tanto em fraudes, como em vícios de índole legal-.

Nesse diapasão, diante de tais irregularidades, bem como em vista que as autoras são responsáveis pelas infrações, resta patente a necessidade de obstar o repasse de verbas oriundas do SBA.



819

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL

V – Dos Pedidos

Por todo exposto, o DFTRANS requer sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos das autoras, conforme exacerbadamente demonstrado.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2014.

Luciana Ribeiro e Fonseca
Procuradora do Distrito Federal
OAB/DF nº 14.279

Carlos Eduardo Matuda Matsunaga
Assessor da PGDF
OAB/DF nº 38.567



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

824
[assinatura]

EXCELENTÍSSIMO
PÚBLICA DO DISTRITO

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2015.01.010991606 Data e Hora: 17/05/2015 15:29

Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Processo: 2012.01.1.114972-3



FAZENDA

824
[assinatura]

CÓPIA

PROCESSO N.º 2012.01.1.114972-3

AUTOR: VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

RÉU: DFTRANS

DFTRANS, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Indenização em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio de sua Procuradora adiante assinada, regularmente constituída por força de lei, interpor o presente recurso de

APELAÇÃO

em face dos termos da r. sentença proferida pelo MM. Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública, fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos a frente.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 13 de maio de 2015.

[assinatura]

CAMILA ROCHA PORTELA

Procuradora do Distrito Federal

OAB/DF nº 41.194



825

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS**

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

**Egrégia Turma,
Eméritos Desembargadores,**

I - BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA.

Trata-se de ação cominatória ajuizada em face do DFTRANS em que as autoras alegam que a autarquia teria retido de forma indevida valores que lhes seriam devidos. Requerem um provimento judicial no sentido da efetivação do repasse de valores já retidos, bem como a proibição de novas retenções.

Destaque-se que, conforme afirma as autoras, tais valores lhes seriam devidos em razão do sistema de bilhetagem única, pelo qual a receita obtida com a comercialização de passagens por meio de cartões magnéticos devem ficar disponível às empresas transportadoras.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que, após a assunção da gestão do SBA - sistema de bilhetagem única - pelo DFTRANS, foram detectadas inúmeras fraudes na operacionalização do sistema, que antes ficava a cargo da FÁCIL BRASÍLIA TRANSPORTE INTEGRADO, pessoa jurídica de direito privado formada exclusivamente por operadores do STPC/DF, que se encarregava de repassar os valores às autoras.

Pois bem. O Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública deferiu a antecipação de tutela pleiteada pelas autoras, determinando ao réu que se "abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

896

(cinco) dias, dos valores incontroversos reconhecidos no MEMO n. 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11".

Em atendimento a tal decisão, foi realizado um repasse parcial dos valores cobrados pela autora.

Contudo, o ato administrativo citado na decisão acima, qual seja, o MEMO n. 268/2012 foi, posteriormente ao cumprimento da liminar, declarado nulo, conforme Instrução n. 32, de 29 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial de 31 de janeiro de 2013, página 126.

Dessa forma, o Juízo da 3ª Vara entendeu, dada a anulação do ato que reconhecia o débito perante as autoras, seria necessária a realização de uma perícia para definição do valor controvertido.

Entretanto, a perícia não chegou a ser realizada em virtude de a autora não ter efetuado o depósito dos honorários periciais.

Por esses motivos, o magistrado julgou extinto o processo sem exame de mérito em virtude da perda superveniente do objeto, considerando que a pretensão da autora já havia sido adimplida, uma vez que o DFTRANS havia depositado os valores cobrados com base em decisão liminar.

Contudo, por ter considerado ilegal a retenção de valores pelo DFTRANS, condenou-o ao pagamento de honorários advocatícios no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em breve síntese, era o que tinha de relevante a ser relatado.

II – DO MÉRITO RECURSAL

Conforme discorrido acima, o Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública considerou que a pretensão da autora já estaria satisfeita em razão do repasse parcial dos valores pelo DFTRANS, motivo pelo qual extinguiu o processo sem exame do mérito.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

A princípio, deve-se destacar que tais valores foram repassados às autoras por força de provimento precário e não em razão do reconhecimento do débito.

Nesse ponto, o interesse recursal do DFTRANS exsurge exatamente da possibilidade de devolução dos valores pagos por força de tutela antecipada, o que poderia ser feito nos próprios autos, caso reconhecida a improcedência do pedido da autora.

Nesse contexto, o ato administrativo utilizado pela autora como fundamento da presente ação, qual seja, o MEMO n. 268/2012, que reconheceu um débito no valor de R\$ 1.311.115,50 (um milhão, trezentos e onze mil, cento e quinze reais e cinquenta centavos) **foi declarado nulo por vício de conteúdo**, conforme já mencionado acima.

Sendo assim, uma vez que a declaração de nulidade fulmina o ato desde a sua edição, **não há que se falar no reconhecimento de débito pela Administração** no montante acima referido.

E, uma vez inexistente o reconhecimento do débito, **caberia a autora comprovar a existência do seu crédito e o respectivo montante**, com base no art. 333, I, do CPC, o que não foi feito no presente caso.

Destaque-se que a autora **teve a oportunidade de produção de prova nesse sentido**, mesmo após a declaração de nulidade do ato, visto que o Juízo de origem determinou, de ofício, a produção de prova pericial, prova esta que só não foi realizada porque **a autora se recusou a arcar com os honorários periciais**.

Ora, **ainda que se reconheça a ilegalidade da retenção dos valores, o que se admite apenas para argumentar, não é possível reconhecer como corretos e devidos os valores depositados em Juízo por força da liminar**, visto que o ato que reconheceu a dívida foi declarado nulo por vício de conteúdo.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

827

Notadamente por se tratar de patrimônio público, não se pode simplesmente presumir a quantia devida e reputá-la como correta, sendo imprescindível a efetiva comprovação dos valores devidos.

Sendo assim, não se presumir que os valores pagos à autora por força de liminar e com fundamento em ato nulo são incontroversos e que eram efetivamente devidos, sendo cabível a devolução, nos próprios autos aos cofres públicos, visto que as autoras não comprovaram qual o valor que seria devido.

Não se pode olvidar que o Órgão julgador, ao proferir decisão, deve considerar os fatos supervenientes, conforme art. 462 do CPC.

Além disso, deve-se destacar que, uma vez que não houve confirmação da decisão que antecipou a tutela, torna-se devida a devolução dos valores recebidos por força da liminar, haja vista que a decisão não se tornou definitiva, conforme art. 475-O, II, do CPC.

Por outro lado, deve-se destacar que não há qualquer irregularidade na retenção de valores às autoras.

Ressalte-se que a retenção foi realizada com base na Lei n. 4.011/2007 – que instituiu a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos (CCRC), bem como no Decreto n. 31.083/2009 – aprova o regulamento do CCRC e Instrução n. 187/2011 – define procedimentos e prazo procedimentos e prazos para a apuração de receita advinda da Prestação de serviços de transportes públicos que estiverem em desacordo com o especificado pelo Órgão Gestor no âmbito do Distrito Federal.

Além disso, conforme afirmado anteriormente, quando o DFTRANS assumiu a gestão do SBA, foram detectadas inúmeras fraudes na operacionalização do sistema, com sérios prejuízos aos cofres públicos. Diante de tantas irregularidades, foi instaurado o Processo Administrativo n. 480.000.848/2011 na Secretaria de Transparência e Controle.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

858

Além disso, foram instaurados três processos perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, quais sejam: 1.584/2011, 11.760/2010 e 12.102/2012.

Diante de tantas irregularidades detectadas, o repasse de verbas para as permissionárias em decorrência do SBA foi colocado sob suspeita.

Ora, os mais diversos Órgãos de controle do Distrito Federal apontaram inúmeras irregularidades na prestação dos serviços pelas autoras, o que é suficiente para impedir o repasse de valores referentes ao Sistema de Bilhetagem Única.

EM SUMA:

- a) Em momento algum, as autoras fizeram prova da existência e do valor do crédito perante o ente público;
- b) O ato utilizado pelas autoras para embasar a quantia pedida e repassada por força de liminar foi declarado nulo (MEMO n. 286/2012);
- c) Após a anulação do ato, as autoras tiveram a oportunidade de produção de prova pericial para verificação dos valores que seriam efetivamente devidos, mas optaram pela não produção da prova, não efetuando o pagamento dos honorários periciais;
- d) Ainda que se considerem ilegais as retenções efetuadas, os valores pagos às autoras por força de liminar devem ser restituídos, ante a não comprovação, nos presentes autos, da quantia que seria efetivamente devida pelo DFTRANS, bem como a não confirmação da antecipação de tutela pela sentença, não podendo tal valor ser presumido pelo Juízo.

III – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o DFTRANS requer o conhecimento e provimento do presente recurso com a reforma da decisão ora recorrida e a improcedência do pedido da autora. Ainda, caso não se entenda pela total improcedência do pedido, requer que se reconheça a inexistência do direito ao repasse dos valores, tendo em



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

829

vista a não comprovação, pela autora, da quantia exata a que teria direito, notadamente em razão da nulidade do MEMO n. 286/2012, da recusa de produção de prova pericial pela autora e da não confirmação, na sentença, da decisão antecipatória de tutela.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 13 de maio de 2015.

CAMILA ROCHA PORTELA

Procuradora do Distrito Federal

OAB/DF nº 41.194

PROCAP

830
912
GECAI
PROCAI

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

16256/2015

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2015.01.009711395 Data e Hora: 30/04/2015 13:16

Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Processo: 2012.01.1.114972-3



VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA E OUTRAS, nos autos
da AÇÃO COMINATÓRIA n° 2012.01.1.114972-3, proposta pelo DETRANS
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, vem, por intermédio de seus
procuradores, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 513 do
Código de Processo Civil, interpor

APELAÇÃO

contra a sentença de fls., pelos fatos e fundamentos anexos, cuja
juntada requer, após observados os procedimentos legais, para
apreciação pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
Territórios.

Brasília, 30 de abril de 2015,

Viviane K. L. de Souza
VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
OAB/DF n° 26.717

Marcus Vinícius de Almeida Ramos
Marcus Vinícius de Almeida Ramos
OAB/DF 9.466

APELANTES: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA e OUTRAS.

APELADO: DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL.

DAS RAZÕES DAS APELANTES

Eméritos Julgadores,

As Apelantes são permissionárias do serviço público de transporte coletivo, cuja remuneração é paga por meio da tarifa suportada pelo usuário.

Tendo em vista que o Apelado, responsável pelos repasses dos valores das tarifas devidos às empresas, estava retendo os pagamentos e indeferiu todos os pedidos administrativos das Apelantes, estas ajuizaram ação cominatória de obrigação de não fazer.

O pedido de antecipação de tutela foi deferido para "determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11".

Rubrica	914
CECAD	

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA BORGES

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

Como o cumprimento da decisão acima foi parcial e que ainda há saldo remanescente, foi determinada perícia para tão somente apurar o valor devido.

As Apelantes não pagaram o valor dos honorários periciais por entenderem que tal ônus competia ao Apelado.

O Juízo *a quo*, então, proferiu sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito sob o fundamento de que "a única conclusão possível de ser extraída é no sentido de que a pretensão autoral foi cumprida integralmente, o que conduz, inexoravelmente, à perda superveniente do objeto".

Em que pesem os fundamentos da sentença, esta merece ser cassada ou, então, ser reformada.

I - DA INEXISTÊNCIA DE PERDA DO OBJETO.

A sentença extinguiu o processo sem resolução do mérito sob o fundamento de que: "analisando as provas dos autos, a única conclusão possível de ser extraída é no sentido de que a pretensão autoral foi cumprida integralmente, o que conduz, inexoravelmente, à perda superveniente do objeto".

Ocorre, contudo, que o presente caso não é de perda do objeto. Vejamos.

A ação tem como pedido a condenação do Apelado em se abster de reter os pagamentos devidos às Apelantes E de devolver os valores indevidamente retidos, verbis:

"a) O deferimento liminarmente da tutela ou da antecipação de tutela para determinar ao Réu que se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas

receitas devidas às Autoras pelo transporte de passageiros e efetue o repasse dos valores mantidos em seu poder já retidos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, alternativamente;

b) seja deferida parcialmente a tutela para determinar ao Réu que se abstenha de fazer novas retenções e repasse no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o valor já reconhecido pelo SBA no Memo nº 268/2012.

b) A citação do Réu para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia;

c) seja julgado procedente o pedido para condenar o Réu a abster-se de fazer qualquer retenção nos repasses devidos às Autoras em razão do transporte dos passageiros, excluídos os descontos compulsórios previstos em lei para a operação, no prazo legal." (grifos nossos).

O pedido de antecipação de tutela foi deferido para "determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11".

No referido memorando (fl. 29) consta que o DFTRANS deveria repassar às Apelantes a quantia de R\$ 1.311.115,50 (um milhão e trezentos e onze mil e cento e quinze reais e cinquenta centavos), porém ele apenas pagou o valor de R\$ 930.654,14 (novecentos e trinta mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), fl. 732.

834
Publize
GECAD
PRIVAD

916

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

Dessa forma, há ainda um saldo de R\$ 380.461,36 (trezentos e oitenta mil e quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos).

No documento de fls. 722 o próprio Apelado confessa que não fez o depósito de todo o valor indevidamente retido:

"A propósito, vale dizer que os valores referentes a tais subsídios não foram depositados por insuficiência de recursos em orçamentos. Ademais, conforme o art. 1º da portaria conjunta 048/2012, o limite de empenho foi até o dia 11 de dezembro de 2012." (grifos nossos).

Outrossim, a sentença reconheceu que o pagamento foi parcial.

É bom ressaltar que o pagamento realizado pelo Apelado foi apenas daquele que a decisão de antecipação de tutela reconheceu como incontroverso.

Conforme destacado pelas Apelantes, há ainda um saldo a receber de mais de 700 mil reais (fls. 766/798).

Por conseguinte, nobres julgadores, o pedido mediato da presente ação não foi totalmente satisfeito a ponto de haver perda do objeto. Outrossim, há necessidade da providência jurisdicional solicitada, porque somente uma sentença condenatória pode determinar que o Apelado devolva integralmente os valores indevidamente retidos.

Ora, ao contrário do que concluiu a sentença, permissa vênua, a não realização da prova pericial não acarreta a

preclusão

435
Rubrica
GECAD
PROCAD

017

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

perda do objeto da ação, já que ela apenas iria indicar o valor do saldo a ser devolvido.

E tal prova poderia ser realizada, sem prejuízo às partes e ao processo, em liquidação de sentença, conforme previsto nos artigos 475-A e 475-C do CPC. Assim, tal prova era desnecessária.

E tanto era desnecessária que a sentença reconheceu que o Apelado fez retenção dos pagamentos devidos às Apelantes e que foi ilegal:

"Ab initio cabe ressaltar que não há dúvidas da ilegalidade dos atos de retenção.

Em primeiro lugar, o pagamento devido por força de contratos administrativos não se submete ao regime de precatórios. Na verdade, tal conduta é considerada ato ilícito, passível de justificar a rescisão do contrato e condenação por perdas e danos.

Em segundo lugar, meras alegações de irregularidade não autorizam a retenção de verba devida em contrato administrativo. A conduta do Distrito Federal é manifestamente ilícita e gera danos irreparáveis à população, pois, no final das contas, redundam no não-pagamento dos funcionários e em consequente greve no serviço público de transporte.

É importante frisar que ao ente público é possível rescindir unilateralmente o contrato, mas não obrigar o contratado (sic) a prestar serviços gratuitos." (grifos nossos).

836
Roberta
GECAD

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS
VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

Aliás, a decisão que antecipou os efeitos da tutela foi confirmada nesse egrégio TJDFT no julgamento do Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.027845-4, cuja decisão já transitou em julgado.

Portanto, a decisão confirmou a tutela antecipada, razão pela qual a sentença havia que julgar procedente o pedido.

Por todas essas razões, a sentença deveria ter sido de procedência do pedido, e não de extinção do processo por perda superveniente do objeto.

Ante todo o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso para reformar a sentença para julgar procedente o pedido autoral para determinar que o Apelado repasse às Apelante os valores remanescentes indevidamente retidos, os quais deverão ser apurados em liquidação de sentença, imputando-lhe os ônus sucumbenciais.

II - DO DIREITO. DA ILEGALIDADE DA RETENÇÃO.

Os passageiros foram transportados pelas Apelantes que devem receber o valor respectivo referente à tarifa dos serviços já prestados.

A Lei nº. 8.987/95, em seu artigo 9º estabelece que a exploração do serviço público pelo concessionário se dá mediante a cobrança de tarifas junto aos usuários, e é daí que extrai a remuneração que lhe corresponde.

E o artigo 20 da Lei Distrital nº. 4.0411/2007 é no mesmo sentido, vejamos:

837
RUBICA
919
GECAD

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

Art. 20. Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

I - receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;
II - receitas não-operacionais, advindas da exploração de publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinadas, ouvido o CTPC/DF.

Parágrafo único. A receita em espécie será recebida por cobrador, vedado o exercício dessa função pelo condutor.

Dessa forma, se o serviço de transporte público no DF é descentralizado, é evidente que a tarifa paga pelos usuários pela utilização do serviço pertence aos permissionários do serviço, no caso as Apelantes.

E ao contrário do que afirmado pelo Apelado em sua defesa, o dinheiro não é público e nem pertence aos cofres públicos.

Por força do disposto no art. 13, § 1º, da Lei Distrital nº 239/92 o produto da comercialização de passagens é fonte de receita.

E, por outro lado, constitui despesa, intitulada na Lei Distrital 239/92 o **ressarcimento dos valores correspondentes ao resgate dessas passagens pelas empresas operadoras.**

É de conhecimento notório que o contrato administrativo, por parte da Administração, destina-se ao atendimento das necessidades públicas, mas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras.

Portanto, o Apelado, que não é o prestador do serviço, mas sim, repita-se, apenas um gestor dos recursos, se enriqueceu ilicitamente ao reter a remuneração das Apelantes.

E persiste a gravidade da situação com a inobservância deliberada do Apelado do comando inserido no artigo 5º, inciso LIV, da Carta Política de 1988, posto que, utilizando a condição de gestor, promove retenção indevida de receita das empresas, privando-as do bem mais necessário: a remuneração.

E nem se alegue que a medida possa ser adotada como sanção, haja vista que não há qualquer previsão legal de pena de retenção de receita nas normas que regulamentam o serviço de transporte.

O Código Disciplinar do sistema de transporte prevê penalidades para infrações na exploração da permissão de advertência, multa, etc., mas não há autorização para retenção de receita.

Por conseguinte, a retenção realizada pelo Apelado é ilegal, tanto que a própria sentença reconheceu a ilegalidade:

"Ab initio cabe ressaltar que não há dúvidas da ilegalidade dos atos de retenção.

Em primeiro lugar, o pagamento devido por força de contratos administrativos não se submete ao regime de precatórios. Na verdade, tal conduta é considerada ato ilícito, passível de justificar a rescisão do contrato e condenação por perdas e danos.

Em segundo lugar, meras alegações de irregularidade não autorizam a retenção de verba devida em contrato administrativo. A conduta do Distrito

Federal é manifestamente ilícita e gera danos irreparáveis à população, pois, no final das contas, redundando no não-pagamento dos funcionários e em consequente greve no serviço público de transporte.

É importante frisar que ao ente público é possível rescindir unilateralmente o contrato, mas não obrigar o contratado (sic) a prestar serviços gratuitos." (grifos nossos).

Dessa forma, o caso era de procedência do pedido autoral.

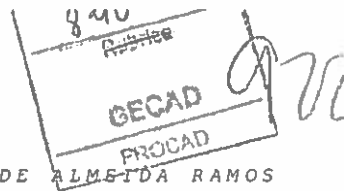
Aliás, a decisão que antecipou os efeitos da tutela foi confirmada nesse egrégio TJDFT no julgamento do Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.027845-4, cuja decisão já transitou em julgado.

Ante todo o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso para reformar a sentença para julgar procedente o pedido autoral para determinar que o Apelado pague às Apelante todos os valores indevidamente retidos, os quais deverão ser apurados em liquidação de sentença.

III - DA VERBA SUCUMBENCIAL.

A sentença condenou o Apelado a pagar honorários de sucumbência arbitrados em R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada parte.

Trata-se de ação cominatória que imputou condenação de pagar valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



Assim, aplica-se ao caso o §3º do artigo 20 do CPC, que impõe seja estipulada a verba entre 10%(dez por cento) e 20%(vinte por cento).

Isto posto, requer seja reformada a sentença para fixar a verba sucumbencial em 10%(dez por cento) do valor dado à causa ou da condenação imposta no repasse da verba.

Acaso entendam Vossas Excelências que aplica-se o § 4º do artigo 20 do CPC, ainda assim o *quantum* deve ser majorado.

O valor atribuído à causa ultrapassa R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Por isso, a verba arbitrada viola não só o artigo 20, § 4º do CPC, como também o artigo 20, § 3º do CPC, pois mínimo.

A apreciação equitativa prevista no § 4º do art. 20 do CPC não permite nem que sejam fixados os honorários em valor exorbitante nem tampouco em valor irrisório.

Veja-se a jurisprudência dos tribunais sobre o tema:

"EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO PRÉVIO - NECESSIDADE - OFENSA A PRECEITO CONSTITUCIONAL - OCORRÊNCIA - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - MAJORAÇÃO.

- a) Recurso - Apelação Cível em Ação Ordinária.
- b) Decisão de origem - Julgado procedente o pedido.

c) Recurso - Somente honorários de advogado - Argumenta que a fixação de honorários de advogado em valor irrisório avilta o exercício profissional.

d) Valor da causa - R\$ 848.347,50.

e) Sentença - Honorários de advogado - R\$1.000,00.

f) Honorários de advogado elevados para 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa."

(TRF, 7ª Turma, Relator Dês. Catão Alves, APC nº 2007.34.00.042483-1). (Grifos nossos).

"Processo civil. Honorários advocatícios. Revisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Possibilidade nas hipóteses de fixação, pelo Tribunal de origem, em valor ínfimo ou exagerado.

Precedentes da Corte Especial.

- É possível a revisão, no STJ, do valor arbitrado pelo Tribunal de origem a título de honorários advocatícios, com fundamento no art. 20, §4º, em hipóteses excepcionais, em que a quantia tenha sido fixada em valor ínfimo ou exagerado (Corte Especial, EREsp nº 494.377/SP).

- Hipótese em que, pelo julgamento de improcedência do pedido formulado em uma ação de depósito visando a entrega de bens de valor equivalente a R\$ 998.242,74, foram fixados honorários advocatícios no montante de apenas R\$ 5.000,00.

Recurso especial conhecido e provido." (REsp 678642/MT, Relator Ministra NANCY ANDRIGHI TERCEIRA TURMA DJ 29.05.2006 p. 233, REVFOR vol. 387 p. 291)

924

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS

O valor fixado é mínimo e deve ser reparado, haja vista que arbitrado em 0,3% (zero vírgula três por cento) daquele dado à causa, ou seja, o seu valor econômico!

Por isso, não observados, permissa vênia, os ditames das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do art. 20 do CPC, pois zelosos foram os advogados que atuaram sempre preventivamente e atenderam a todos os seus deveres; sendo a causa de frande importância em face do valor em debate, bem como complexa - tendo sofrido resistência ao seu direito pela parte adversa.


Por todo o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso para reformar a r. sentença a fim de fixar os honorários de sucumbência em 10% do valor da causa ou da condenação, que é o montante que foi repassado às Apelantes por meio da ordem judicial confirmada nesse e. TJDF ou, ainda, em percentual ou valor que entendam razoável Vossas Excelências.

IV - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso para reformar a respeitável sentença, acolhendo-se os pedidos acima formulados.

Brasília, 30 de abril de 2015,


VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
OAB/DF nº 26.717


Marcus Vinícius de A. Ramos
OAB/DF 9.466

842
Rubrica
GECAD

O pagamento desta GRU Cobrança poderá ser efetuado em qualquer banco.
Para pagamento via Internet banking ou caixa eletrônico, utilize a opção pagamento de títulos.

Instruções:

1. Imprima em impressora jato de tinta ou laser em qualidade normal ou alta. Não use modo econômico.
2. Utilize papel A4 (210 x 297 mm) e margens mínimas à esquerda e à direita do formulário.
3. Corte na linha indicada. Não rasure, não risque, não fure e não dobre a região onde se encontra o código de barras.
4. Para pagamento via Internet banking ou caixa eletrônico, utilize a opção pagamento de títulos.

Via do Processo

Guia de Custas e Emolumentos / Guia Recurso - 1ª Instância - Apelação

TJDFT

001-9 | 00190.00009 02337.675017 00455.548180 7 64140000001327

Cedente	Vencimento	Valor do documento
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	30/04/2015	R\$ 13,27
Processo	Data do documento	Número da Guia
CNJ: 0006062-16.2012.8.07.0018/Processo: 2012.01.1.114972-3	30/04/2015	23376750100455548
Competência/Juízo		
Fazenda Pública / 3ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DO DF		
Circunscrição / Forum		
BRASILIA / Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa e Palácio da Justiça		
Nome da Petição		
APELAÇÃO		
Autor		
VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA E OUTROS.		
Réu		
DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF		
Valor da Causa		
R\$ 1.000.000,00		
Custas:13,27		
Válida até 30/04/2015 ressalvados os prazos recursais.		
Os itens cobrados estão de acordo com as tabelas do Decreto-Lei nº 115/67 e do § 2º do artigo 191 do		37149954120 10:29
Provimento Geral da Corregedoria.		
VALOR MÁXIMO DE CUSTAS INICIAIS ATINGIDO.		
Sacado / Pago Por		
Apelante - VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA		

Autenticacao: 9022E60E

SAC BRB 0800 648 6162 (Portadores de Nec Espec)

SAC BRB 0800 648 6101

Telefone da Ouvidoria - 0800 042 1105

Tarifa:.....+R\$13,27

Total:.....+R\$13,27

Outros acréscimos:.....+R\$0,00

Mora/Juros:.....+R\$0,00

Outras Deduções:.....+R\$0,00

Desconto:.....+R\$0,00

Valor do Documento:.....+R\$13,27

Conta de Débito:

Forma de Pagamento: Dinheiro

Data de Vencimento: 30/04/2015

Banco: 001

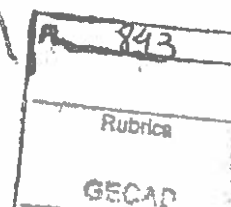
Tipo: TIT. OUTROS BANCOS

Cod. Barras:

0019000009023376750170045554018076414000001327

Recibo de Pagamento

-BRB- Banco de Brasília - 070 30/04/2015 13:06
PA:125 T.:3002 TCM:320000 NSU:124669





Órgão	2ª Turma Cível
Processo N.	Agravo de Instrumento 20120020278454AGI
Agravante(s)	DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Agravado(s)	VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA E OUTROS
Relator	Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR
Acórdão Nº	671.901

EMENTA

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO. DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer"/"não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; conseqüentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator, J.J. COSTA CARVALHO - Vogal, SÉRGIO ROCHA - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador J.J. COSTA CARVALHO, em proferir a seguinte decisão: **NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 10 de abril de 2013

Certificado nº: 71 43 2B F2 00 05 00 00 10 2A
24/04/2013 - 13:09

Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR
Relator



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

844
Rubrica
GECAD

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela em favor dos agravados.

A decisão interlocutória impugnada se encontra vazada nos seguintes termos, *in verbis*:

Cuida-se de COMINATORIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA, CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA em desfavor do DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF, objetivando, em sede de tutela de urgência, que o réu se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas receitas devidas pelo transporte de passageiros, além de efetuar o repasse dos valores mantidos em seu poder. Alternativamente, requer o repasse imediato do valor já reconhecido.

Diferi a apreciação dos efeitos da tutela para momento posterior à resposta do Réu; transcorrido o prazo, contudo, o requerido se manteve inerte.

Relatei. Decido.

O art. 273, § 6.º, do CPC prevê que a tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. A meu sentir, o documento de fl. 29 revela que, de fato, houve a retenção indevida dos valores. A ausência de resposta do réu apenas corrobora tal conclusão.

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

FL. 845
Rubrica
GECAD
PROCAD

92A

efelive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11.

Em suma, o agravante postulou a antecipação dos efeitos da tutela recursal para suspender a eficácia da decisão agravada, uma vez que "é juridicamente impossível haver a liberação de verba pública por meio de decisão interlocutória"; no mérito, postulou "seja dado provimento ao presente recurso para cassar a decisão interlocutória recorrida, uma vez que o juízo a quo, data venia, incorreu em manifesto error inprocedendum".

Destaco que, em suas razões recursais, o agravante historia longamente sobre a instituição e funcionamento do SBA (Sistema de Bilhetagem Automática), ao tempo em que noticia a ocorrência de abusos, irregularidades e imoralidades cometidas em detrimento dos cofres públicos.

Indeferi a antecipação dos efeitos da tutela recursal (fls. 283-284).

Os agravados apresentaram contraminuta (fls. 288-296).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator

Conheço do recurso, presentes os pressupostos de admissibilidade.

A questão posta a julgamento é de extrema singeleza e passa ao largo da discussão sobre as irregularidades ou ilegalidades cometidas pelas agravadas. O agravante devolve a esta instância recursal apenas o exame da



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR

FL. 846
Rubrica
GECAD
PRC

923

validade do deferimento da tutela antecipada para liberar o repasse de verba pública reconhecidamente devido às agravadas.

Nesse passo, diferentemente do sustentado pelo agravante, nada obsta o deferimento da medida. Confira-se o art. 273 do CPC, *in verbis*:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

*I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;
ou*

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4o e 5o, e 461-A.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

FL. 847
Rubrica
GECAD

pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

A douta decisão agravada atendeu a esses requisitos, uma vez que a medida postulada (i) é urgente, porque do contrário desfalcaria a renda das agravadas e poderia comprometer sua higidez financeira, (ii) é reversível (porque os repasses são realizados diariamente e seria possível eventual futura compensação) e (iii) o direito alegado pelas agravadas é verossímil no sentido de que a retenção da verba é indevida.

A propósito, ao ensejo do despacho que recebeu o agravo de instrumento consignei, *in verbis*:

No particular, primo oculi, as razões apresentadas pelo agravante não são relevantes. Isso porque o Memorando n. 268/2012, expedido pela Comissão Executiva de Gestão do Sistema de Bilhetagem Automática do DFTRANS, reconheceu a existência de crédito a favor das agravadas no valor de R\$ 1.311.115,50, bem como a retenção indevida de valores tendo em vista a falta de notificação do "operador do Grupo Canhedo quanto as (sic) glosas efetuadas no lapso compreendido entre 06/08/2011 e 09/03/2012" (fl. 62). Conclui, por isso, pelo pagamento dos valores glosados. Nesse passo, não há falar em pagamento dos serviços contratados por meio de precatório (fl. 27). De outra banda, o perigo de lesão grave e de difícil reparação reside nos nefastos efeitos econômicos a serem suportados pelas sociedades empresárias recorridas em razão do inadimplemento do ente distrital, notadamente porque o serviço contratado já foi prestado.



Código de Verificação: S2C5 2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMPREGADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

FL. 848
Rubrica
GECAD
PROCAD

98

Destaco esse ponto: a falta de amparo legal para a retenção da renda das agravadas restou absolutamente caracterizada para efeito da concessão da antecipação de tutela, quer porque administrativamente admitida, quer porque restou incontroversa nos autos, já que o agravante se tornou revel porque não apresentou defesa no prazo legal, nada obstante não se aplicarem os seus efeitos contra pessoa jurídica de Direito Público Interno porque envolve direitos indisponíveis (CPC, art. 320, II).

Acresça-se que igualmente não impedem a concessão da antecipação da tutela a Lei n. 8.437/92, Lei n. 9.494/97 e a Lei n. 12.016/2009, malgrado todo o empenho do ilustre e combativo procurador do Distrito Federal em suas razões recursais. Basta a leitura das leis para se chegar a essa conclusão.

O argumento central do recurso centra-se, na ótica do agravante, na exigibilidade de expedição de precatório. Nesse passo, invoca o art. 100 da Constituição Federal. Confira-se, no entanto, a literalidade da lei maior, *in verbis*:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Ora, não se trata de pagamento devido pela Fazenda Pública do Distrito Federal em virtude de sentença condenatória proferida em processo de conhecimento.

As agravadas ajuizaram ação cominatória contra o agravante para que este deixe de reter verbas que lhes são destinadas em razão de lei.



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A
GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

FL. 849
Rubrica
GE CAD
PRO CAD

93

Veja-se: não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos agravados, não segue o rito do art. 730 do CPC; consequentemente, a execução de sentença favorável aos agravados (*ad argumentandum*) não ensejará em nenhuma hipótese a expedição de precatório ou RPV.

Essa distinção entre condenação da Fazenda Pública por obrigação de dar e obrigação de fazer (ou não fazer) emana da jurisprudência tranquila do colendo STJ. Este colendo Tribunal entende ser possível a continuação dos *astreintes* à Fazenda Pública pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer importa por meio de decisão judicial (sentença ou decisão interlocutória); o mesmo raciocínio, no entanto, não se aplica à obrigação de dar (pagamento). Confirmam-se, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
PREVIDENCIÁRIO. OBRIGAÇÃO DE DAR. PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
POR PRECATÓRIO. PREVISÃO DE MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
PROVIMENTO.

- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de ser possível a imposição de multa, ainda que contra a Fazenda Pública, em se tratando de obrigação de fazer.

- Versando, todavia, a situação dos autos acerca de execução por quantia certa, descabe falar em aplicação da multa diária.

- Agravo regimental provido. (AgRg no Recurso Especial n. 951.072 - RS, Relator: Ministro Og Fernandes)



FL.	150
Rubrica	
GECAD	
PROCAD	

Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESPACHADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

PROCESSUAL CIVIL. DEVOLUÇÃO DE VALORES DESCONTADOS. EXECUÇÃO DE QUANTIA CERTA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. PRECATÓRIO.

1. A execução lastreada em comando condenatório, por ter imposto à Fazenda Pública obrigação de pagar quantia certa – e não obrigação de fazer –, deverá ser levada a termo pela via de precatório. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 873444 / RS, Relatora: Ministra LAURITA VAZ)

Assinale-se, por fim, a possibilidade de deferimento de antecipação dos efeitos da tutela para impor à Administração Pública a obrigação de fazer/não fazer mediante, inclusive, se o caso, imposição das medidas de refresco (astreintes).

Ante o exposto, **conheço e nego provimento** ao recurso.

É como voto.

O Senhor Desembargador J.J. COSTA CARVALHO - Vogal

Com o Relator.

O Senhor Desembargador SÉRGIO ROCHA - Vogal

Com o Relator.

DECISÃO

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABRIEL DO DES: EMBARGADOR WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR

FL. 851
Rubrica
GE CAD
PRO CAD



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SI
PÚBLICA DO DISTRIT**

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

ENDA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2015.01.012080861 Data e Hora: 26/05/2015 14:07

Recebido em: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Processo: 2012.01.1.114972-3



WRTA

PROCESSO¹ N.º 2012.01.1.114972-3

AUTOR: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

RÉU: DFTRANS

DFTRANS, já devidamente qualificado nos autos da Ação em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio de sua Procuradora que a esta subscreve, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

interposto contra a r. sentença proferida nestes autos, fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos a frente.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 25 de maio de 2015.

Camila Rocha Portela

Procuradora do Distrito Federal

OAB/DF - 41.194



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS**

PROCESSO N. 2012.01.1.114972-3

APELANTE: VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTRAS

APELADO: DFTRANS

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO

**COLEDA TURMA,
EMÉRITOS DESEMBARGADORES,**

I – BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA.

Trata-se de ação cominatória ajuizada em face do DFTRANS na qual autoras alegaram que a autarquia teria retido de forma indevida valores que lhes seriam devidos. Requereram um provimento judicial no sentido da efetivação do repasse de valores já retidos, bem como a proibição de novas retenções.

O Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública deferiu a antecipação de tutela pleiteada pelas autoras, determinando ao réu que se “abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos reconhecidos no MEMO n. 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11”.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Em atendimento a tal decisão, foi realizado um repasse parcial dos valores cobrados pelas autoras.

Contudo, o ato administrativo citado na decisão acima, qual seja, o MEMO n. 268/2012 foi, posteriormente ao cumprimento da liminar, declarado nulo, conforme Instrução n. 32, de 29 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial de 31 de janeiro de 2013, página 126.

Dessa forma, o Juízo da 3ª Vara entendeu que, dada a anulação do ato que reconhecia o débito perante as autoras, seria necessária a realização de uma perícia para definição do valor controvertido.

Entretanto, a perícia não chegou a ser realizada em virtude de as autoras não terem efetuado o depósito dos honorários periciais.

Por esses motivos, o magistrado julgou extinto o processo sem exame de mérito em virtude da perda superveniente do objeto, considerando que a pretensão das autoras já havia sido adimplida, uma vez que o DFTRANS havia depositado os valores cobrados com base em decisão liminar.

Contudo, por ter considerado ilegal a retenção de valores pelo DFTRANS, condenou-o ao pagamento de honorários advocatícios no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em breve síntese, era o que tinha de relevante a ser relatado.

II – QUANTO À PERDA DO OBJETO. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAR O PEDIDO EM SEDE DE APELAÇÃO.

Conforme destacado no recurso de apelação interposto pelo DFTRANS, esta autarquia entende que não se trata de perda do objeto, mas de improcedência do pedido autoral, notadamente quanto ao repasse dos valores às autoras.

Com efeito, o MEMO n. 268/2012, que embasou o pedido autoral, foi anulado por vícios quanto a sua motivação.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

E, conforme destacado pelas apelantes, o pedido de antecipação de tutela feito na inicial foi no sentido de determinar ao réu o repasse dos valores já reconhecidos pelo SBA no MEMO 286/2012 (obrigação de fazer).

Com a anulação do ato administrativo acima, não havia mais que se falar em valores incontroversos, motivo pelo qual o Juízo a quo entendeu, acertadamente, pela necessidade de realização de uma perícia para definição do valor que seria devido às autoras.

Contudo, tal perícia não foi realizada por única e exclusiva responsabilidade das autoras que se recusaram a depositar os honorários periciais.

Além do mais, tais despesas eram, de fato, das autoras, conforme disposição expressa do Código de Processo Civil:

Art. 19. Salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até sentença final; e bem ainda, na execução, até a plena satisfação do direito declarado pela sentença.

§ 2º COMPETE AO AUTOR ADIANTAR AS DESPESAS RELATIVAS A ATOS, CUJA REALIZAÇÃO O JUIZ DETERMINAR DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

(destacamos)

Além disso, **não devem ser acolhidos os argumentos das autoras no sentido de que o valor poderia ser apurado em liquidação.**

Como bem destacou o Juízo de origem, a presente ação tem natureza **COMINATÓRIA**. As autoras apenas pleitearam o repasse da quantia incontroversa (obrigação de fazer). **Sendo assim, não podem, a essa altura, modificar o pedido feito na inicial e requerer um provimento condenatório, com realização de liquidação.**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

E, conforme destacado acima, o Juízo de origem, considerando a anulação do MEMO n. 286/2012, oportunizou às autoras a produção de prova pericial, a fim de que esta comprovasse o fato constitutivo do seu direito (quantia incontroversa que teria sido retida), notadamente em razão da pretensão cominatória formulada na inicial. Contudo, a autora optou por não produzir a prova.

Nesse contexto, este Órgão julgador não pode permitir que as autoras se beneficiem da própria torpeza, visto que a decisão acerca da responsabilidade das autoras quanto ao pagamento dos honorários foi alcançada pela preclusão, conforme decisão proferida pelo Juízo a quo em 24/09/2014, disponibilizada no DJe de 26/09/2014.

Mesmo ciente disso, as autoras se recusaram a depositar o valor em Juízo e agora tentam driblar a decisão proferida pelo Juízo *a quo*, que não foi objeto de recurso imediato, alegando que bastaria a realização de uma liquidação.

As próprias autoras deram causa à preclusão da prova pericial, não podendo agora alegar que a matéria poderia ser aferida em sede de liquidação, mesmo porque isso representaria uma modificação do pedido formulado na inicial (de obrigação de fazer para obrigação de pagar quantia), o que só é permitido até a citação, conforme art. 264 do CPC.

A bem da verdade, a autora se recusou a arcar com os honorários periciais – decisão já preclusa - e agora tenta se beneficiar da própria torpeza, alegando que bastaria uma liquidação, tudo isso com o objetivo de driblar a decisão proferida pelo Juízo *a quo*, transferindo a responsabilidade do pagamento dos honorários ao DFTRANS.

Dessa forma, o DFTRANS entende que é o caso de improcedência do pedido autoral.

III – QUANTO À ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DOS REPASSES

Não houve qualquer irregularidade na retenção de valores às autoras.

Ressalte-se que a retenção foi realizada com base na Lei n. 4.011/2007 – que instituiu a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

(CCRC), bem como no Decreto n. 31.083/2009 – aprova o regulamento do CCRC e Instrução n. 187/2011 – define procedimentos e prazo procedimentos e prazos para a apuração de receita advinda da Prestação de serviços de transportes públicos que estiverem em desacordo com o especificado pelo Órgão Gestor no âmbito do Distrito Federal.

Além disso, conforme afirmado anteriormente, quando o DFTRANS assumiu a gestão do SBA, foram detectadas inúmeras fraudes na operacionalização do sistema, com sérios prejuízos aos cofres públicos. Diante de tantas irregularidades, foi instaurado o Processo Administrativo n. 480.000.848/2011 na Secretaria de Transparência e Controle.

Além disso, foram instaurados três processos perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, quais sejam: 1.584/2011, 11.760/2010 e 12.102/2012.

Diante de tantas irregularidades detectadas, o repasse de verbas para as permissionárias em decorrência do SBA foi colocado sob suspeita.

Ora, os mais diversos Órgãos de controle do Distrito Federal apontaram inúmeras irregularidades na prestação dos serviços pelas autoras, o que é suficiente para impedir o repasse de valores referentes ao Sistema de Bilhetagem Única.

IV – QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Não merece reforma a sentença, nesse ponto.

Deve-se destacar que o valor dado à causa não serve de parâmetro para fixação dos honorários advocatícios, mesmo porque, no caso, a parte autora não logrou êxito em comprovar o valor que supostamente seria devido pelo DFTRANS. Além disso, o valor dos honorários foi fixado a partir de apreciação equitativa do juiz, conforme art. 20, §4º, do CPC.

Não se pode olvidar, outrossim, que a própria autora, com a recusa em pagar os honorários periciais, deu causa à perda do objeto da ação, motivo pelo



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**

qual, ainda que não provida a apelação do DFTRANS, não merece reforma a sentença nesse ponto, visto que a questão cingiu-se única e exclusivamente à legalidade ou não da retenção dos repasses.

V - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o DFTRANS requer o desprovimento do recurso de apelação interposto pelas autoras.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 25 de maio de 2015.

CAMILA ROCHA PORTELA

Procuradora do Distrito Federal

OAB/DF nº 41.194